

# Gallotti manda pagar acréscimo

O Supremo Tribunal Federal comprou a briga oferecida pelo Governo. O presidente do STF, ministro Octávio Gallotti, informou ontem que a folha de pagamento já está sendo rodada e será encaminhada hoje ao Banco do Brasil, que faz o depósito dos salários dos funcionários do Judiciário, com o aumento de 10,9% obtido pela antecipação da conversão em URV. Gallotti disse que não vai polemizar com o presidente Itamar Franco. O Presidente ameaçara, na véspera, não autorizar o repasse de recursos para o Supremo com o aumento.

“Trata-se de uma decisão que só cabe ao Supremo tomar. A folha de pagamento está sendo rodada conforme a sessão administrativa do dia 10 de março”, disse Octávio Gallotti.

A decisão tomada na sessão administrativa citada por Gallotti foi unânime. Os ministros do STF votaram a favor da conversão em URV dos salários de seus servidores tomando por base o dia 20 dos últimos quatro meses, e não o dia 30, conforme a regra estabelecida pelo Executivo para os seus funcionários. Assim, segundo projeção da Secretaria da Administração Federal (SAF), o ganho de vencimentos chega a 10,9%.

O ministro Francisco Rezek acredita que haverá uma desordem política se a decisão do Governo em não repassar o aumento for mantida. Ele disse que a ordem jurídica, contudo, não será alterada. Segundo Rezek, o Supremo terá dificuldades de natureza legal para cobrar as verbas que vierem a ser negadas pe-

lo Tesouro Nacional.

“Se não houver o repasse, o Supremo não terá como reagir. A questão, nesse caso, sai da ordem jurídica e se estabelece na esfera política”, disse Rezek.

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, insistiu, ontem, que o Governo Federal não vai transferir os recursos financeiros necessários para cumprir a decisão do STF. Segundo Corrêa, o Supremo “interpretou equivocadamente” a medida provisória 434, que estabelece a conversão dos salários de cruzeiros reais para URV.

“Os ministros do STF não examinaram a questão em plenário, como juristas, mas numa sessão administrativa, na qual estavam tentando defender os interesses dos servidores do Judiciário”, afirmou Corrêa.

Gallotti não reagiu a Maurício Corrêa da mesma forma que preferiu não polemizar com Itamar. O presidente do Supremo também não quis comentar as declarações de repúdio à decisão dada no sábado pelos ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, da SAF, Romildo Canhim, e do Emfa, Arnaldo Leite Pereira. “A decisão já está tomada”, resumiu o ministro Octávio Gallotti.

Apesar de o Ministério Público também ser beneficiado com a conversão dos salários pela URV do dia 20, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira mandou dizer, através de sua assessoria, que não faria qualquer comentário sobre a tensão política e institucional criada.